

# Calendas e idos

MARÇAL VERSIANI

**C**alendários, nunca a humanidade pôde dispensá-los. Desde a época dos romanos, a quem devemos o nome, que acrescentaram seu complicador à crônica irregularidade do ano. Para os romanos, as calendas (assim mesmo, no plural) eram sempre o primeiro dia do mês; já os idos, eram o dia 15, caso se estivesse nos meses de março, maio, julho e outubro; e o dia 13, nos demais. Sendo essas as duas únicas referências para se datar os outros dias do mês, entre os fastos e os nefastos, um calendário ríozinho era sempre de utilidade pública. Coisa para se gravar em pedra e em caixa alta (os romanos, que pensavam sempre grande, não gostavam de minúsculas); ou em caracteres unciais, como resolveu dizer mais tarde São Jerônimo.

Veio o cristianismo, e os calendários tiveram mais uma oportunidade: indicar as festas da Igreja Católica, que ritmavam a vida humana ao longo do ano; assim como ao longo do dia ritmavam-na, nas aldeias, as horas canônicas — os tempos do dia, em que os monges eram convocados pelo sino ao coro, para cumprir o que se chamou de ofício divino.

O tempo ainda não tinha adquirido o significado econômico que viria com o comércio das feiras medievais, dos burgos que foram se emancipando e com as viagens a que obrigava o abastecimento de tal comércio. Quando as mercadorias passaram a ser buscadas longe, o tempo se fez dinheiro: os custos de transporte eram evidentemente maiores; e as perdas sempre possíveis. Sem falar no próprio risco da viagem, entre tempestades no mar e rondas de assaltantes em terra. Era a mora, que permitia que se cobrasse um pouco mais pela mercadoria. Do tempo transposto em dinheiro nasceu o empréstimo a juro; e a idéia do que os economistas, séculos mais tarde e com pedantismo igualmente crescido chamariam de custo de oportunidade do dinheiro.

Já se pode adivinhar quanto os calendários ficaram populares, transformados em agendas de débitos a vencer, de créditos a reclamar, de provisões periódicas a se formar. A sociedade entre comércio, dinheiro e calendário se tornou tão forte, que até hoje as grandes empresas costumam dar elegantes calendários de mesa de brindes de Natal. E as pequenas, folhinhas, de modéstia compensada pela exuberância das mulheres nuas; muito disputadas (as folhinhas) por borracheiros de estrada.

Essa evolução não trouxe dualidade de calendários. Não criou incompatibilidade entre o calendário civil, referência dos orçamentos e dos balanços (salvo, como é notório, do Or-

çamento Geral da União) e o calendário eclesiástico. O sagrado e o profano convivem pacificamente. Seja no sucesso editorial da Editora Vozes, responsável por muito da modernização de seu parque gráfico, a folhinha do Sagrado Coração de Jesus. Seja em seu antepassado artesanal, a Folhinha Eclesiástica de Mariana, uma espécie de infólio que durante décadas tropas de burros carregavam, às resmas, montanhas maneiras afora. No primeiro calendário, de desfolhar, vêm no verso receitas culinárias e até piadas de salão; e, na frente, as festas e os vários santos do dia (há sempre bem mais de um). O segundo ganhou fama nacional por ter sido o único a indicar, em 1966, a possibilidade da tromba d'água que de fato se abateu sobre o Rio de Janeiro. E sem recorrer àquela forma descompromissada de "tempo vário".

Assim, entre tantas vicissitudes, o calendário manteve a identidade. A última grande modificação data do século XVI com o Papa Gregório XIII. O calendário republicano, da Revolução Francesa, com meses iguais e de nomes bonitos, não vingou. E não é para menos: fazer calendário não é trabalho de amador. Só para calcular as datas das festas móveis da Igreja Católica — e, igualmente, da profaníssima festa do carnaval — é preciso ter à mão fatores dignos de uma ciência hermética: além de saber quando será a primeira lua cheia da primavera no Hemisfério Norte, iniciar-se em coisas tais como epacta e número áureo.

Sempre igual, o calendário. E no entanto adquirindo mil e uma utilidades. O que lhe dá polivalência, ou ambigüidade à feição dos políticos profissionais. Como os calendários, estes estão sempre aí, com aquela cara de sentença do livro do Eclesiastes: "não há nada de novo, debaixo do Sol". E, como os calendários, sempre reaparecem. Um Ano Novo depois de um Ano Velho não é aquela peça que os calendários incessantemente nos pregam?

Essa breve retrospectiva mostra como é afortunada a conjunção político-profissional/calendário. De fazer inveja ao mais auspicioso mapa astral, ela fica melhor se calçada pelas generosidades do Centro Gráfico do Senado. O político profissional precisa de uma moeda de troca para o voto, uma espécie de adiantamento sobre as emendas ao Orçamento da União. E tome calendários, certamente mais bem-vindos nas casas, mercearias e botequins, que aqueles retratos de Getúlio Vargas que baixaram por toda a parte durante o Estado Novo. Afinal, calendário tem sempre sua utilidade. E, como deixou estampado o senador Humberto Lucena no seu, "é tempo de servir e não de se servir".

Marçal Versiani é editorialista do GLOBO.